

Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce*

Biological elements in the River Doce's territory configuration

HARUF SALMEN ESPINDOLA

Universidade Vale do Rio Doce
Doutor em História Econômica pela USP
Rua Moreira Sales, 850 – Vila Bretas
Governador Valadares – MG
CEP: 35030-390
haruf@univale.br

IVAN JANNOTTI WENDLING

Universidade Vale do Rio Doce
Mestre em Zootecnia, Pastagens e Forragicultura pela UFV
Rua Moreira Sales, 850 – Vila Bretas
Governador Valadares – MG
CEP: 35030-390
ivanjw@univale.br

RESUMO No médio rio Doce, entre 1930 e 1960, as terras de floresta foram ocupadas pela agricultura e pecuária. No início as culturas agrícolas encontraram condições favoráveis para se expandir, mas não suficientes para se consolidar, antes de dar lugar à pecuária, como é comum na história da agricultura brasileira. As terras cobertas pela floresta foram tomadas pelo ca-

* Artigo recebido em: 20/08/2007. Aprovado em: 10/12/2007.

pim-colonião (*Panicum maximum* Jacq. var. *maximum*) num ritmo maior que o avanço da atividade humana. A gramínea africana encontrou condições excepcionais para se alastrar, dadas pelo relevo, pelo clima e pelo manejo praticado por agricultores e fazendeiros. As suas características biológicas favoreceram o avanço das pastagens. O capim-colonião não diminui a força dos elementos socioeconômicos, marcados por relações de poder em que o fazendeiro levava nítida vantagem, mas entender sua biologia contribui para a compreensão da configuração do território do rio Doce.

Palavras-chave Rio Doce, capim-colonião, espécie invasora

ABSTRACT At the middle Doce river , between 1930 and 1960, the forest lands had been occupied by agriculture and cattle raising. First, the agricultural cultures had found favorable conditions to enlargement, but not enough for consolidating itself, before giving place to cattle, as it is common in the history of Brazilian agriculture. The lands covered by the forest had been invaded by the capim-colonião (*Panicum maximum* Jacq. var. *maximum*) in a bigger rhythm than the advance of the human activity. The African grassy found very good conditions to spreading (the relief, the climate and the practices of the farmers. Its biological characteristics had favored the advance of the grass. The capim-colonião does not diminished the force of the socioeconomics elements, marked for power relations where the farmer took clear advantage, but understand its biological aspects contributes for the understanding of the configuration of the territory of the river Doce.

Key words River Doce, capim-colonião, invasive specie.

A apropriação produtiva e cognitiva da natureza, na sua gênese, é sempre um processo de territorialização. O território resultante se torna, ele próprio, uma força condicionante dos processos sociais, bem como das ações e atitudes futuras frente à natureza. O território forma um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, do qual emerge a territorialidade, isto é, "a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação".¹ A dimensão sociocultural-ambiental da territorialidade não resulta apenas de relações sobrepostas, imbricadas e opositivas de indivíduos e grupos sociais com interesses iguais ou em conflitos, mas também das atitudes

1 RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p.160-161.

e formas de apropriação da natureza e de como essa reage às atividades humanas e aos elementos exóticos introduzidos.

Isso conduz as perguntas: como as várias atividades humanas dependem e interagem com o mundo natural? Qual o peso dos fenômenos e dos recursos naturais na configuração territorial e nos padrões de vida? Como as ações e atitudes humanas alteram a paisagem? Quais consequências sofrem as comunidades naturais no decorrer do processo? Como repercutem sobre as atividades humanas as mudanças ambientais? Estas questões orientam as reflexões sobre o processo de ocupação do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, entre 1930-1960.

Delimitação geo-histórica

A bacia hidrográfica do rio Doce tem sua extensão distribuída entre os estados de Minas Gerais (86%) e Espírito Santo (14%). É cercada por serras que atingem 2800 metros a Sudoeste (Pico da Bandeira, 2884 m) e 2000 metros a Nordeste (Pico do Itambé, 2040 m) e que formam um círculo através do qual o rio abriu seu caminho para o mar. O vale é uma depressão, na qual o rio corre lento, em altitude modesta, com relevo dominado por mares de morros, que no todo convergem para o centro da bacia, onde se localiza a cidade de Governador Valadares.

A bacia do rio Doce situa-se na faixa de clima tropical, com variações acentuadas de temperatura em função da altitude, subindo rapidamente à medida que se afasta da zona formada pela depressão central. Esta zona é dominada pelo clima seco, quente e pobre de precipitação, praticamente sem excedente, mesmo em sua estação mais chuvosa, e com deficiências hídricas elevadas no período da seca. As montanhas que conformam o vale situam-no na condição de sombra da chuva em relação às massas de ar que dominam a região.²

O estudo publicado em 1955 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sob a orientação de Ney Strauch, com o título de *A Bacia do Rio Doce. Estudo Geográfico*, constitui uma das mais importantes fontes para a história regional.³ A bacia foi dividida em 14 zonas distintas, caracterizadas por fatores naturais e socioeconômicos. A depressão central correspondia à região do médio rio Doce. Em 1952, data provável do trabalho de campo, era “uma região de matas, que próximo ao rio, já foram devastadas para o fornecimento de lenha e carvão para a EFVM e às siderúrgicas”.⁴ Os fatores geográficos apresentavam certa unidade, mas

2 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD: estudo básico*. São Paulo: Planejamento Agro-Industriais - SEITEC, 1969, p.77.

3 STRAUCH, Ney. *A Bacia do Rio Doce*. Estudo Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, p.30-44.

4 STRAUCH, Ney. *A Bacia do Rio Doce*. Estudo Geográfico, p.40.

os elementos históricos permitiam dividi-la em duas zonas: de Influência das Siderúrgicas e de Colonização da EFVM. A primeira possuía cobertura florestal dominante até o início da década de 1940, quando se intensificou o desmatamento para abastecer de carvão vegetal as grandes siderúrgicas, principalmente a Belgo-Mineira e Acesita.

A zona de Colonização da EFVM ou de Governador Valadares correspondia à maior parte do médio rio Doce. A ocupação somente foi possível com a ferrovia. De Governador Valadares até Colatina (Espírito Santo) a ocupação era regular e se desenvolveu a partir da exploração da floresta: “Ainda hoje (1952) a extração de madeira é muito importante”.⁵ As fazendas de invernada (engorda) e pequenas lavouras de subsistência dominam os terrenos próximos ao rio, em substituição ao primeiro estágio de ocupação – a derrubada da mata. A montante de Governador Valadares a colonização era ainda incipiente, achando-se na fase de exploração das matas e sua substituição pela pecuária. As matas, neste trecho, ainda se achavam bem próximas ao rio.⁶

Em 1963, a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD publicou um estudo denominado *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*.⁷ A região foi dividida em nove zonas distintas, à semelhança da divisão do IBGE.⁸ O potencial da região foi avaliado como sendo excepcional, porém a prazo curto a situação seria menos brilhante.⁹ O estudo destacou a importância da região como zona de pecuária, com a vantagem de ser entre as grandes áreas de criação brasileira, a que se encontrava mais próxima dos grandes mercados de consumo.

Em 1969, outro estudo da CVRD dedicou-se ao desenvolvimento agropecuário.¹⁰ A região também foi dividida em zonas, conforme a vocação agropecuária.¹¹ A área de interesse para a discussão proposta é a Zona I – Governador Valadares, identificada como microrregião quente e seca da depressão central do rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.¹² Era uma zona primitivamente coberta por densas florestas, mas que se encontrava drasticamente devastada, com apenas 2,5% da cobertura originária.¹³ O estudo da CVRD identifica as seguintes causas:

5 STRAUCH, Ney. *A Bacia do Rio Doce*. Estudo Geográfico, p.63 e 66.

6 STRAUCH, Ney. *A Bacia do Rio Doce*. Estudo Geográfico, p.40.

7 COMPANHIAVALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*. São Paulo: SERETE, 1963, 3v.

8 A área de influência da Companhia Vale do Rio Doce inclui além da bacia hidrográfica as zonas de Vitória e Domingos Martins (região serrana), no Espírito Santo. Cf. COMPANHIAVALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v.1, p.45-49.

9 COMPANHIAVALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v.1, p.8.

10 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*.

11 Zona I – Governador Valadares; Zona II – Guanhães; Zona III – Metalúrgica; Zona IV – Ponte Nova / Caratinga / Manhuaçu; Zona V – Vitória; Zona VI - Colatina.

12 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.76-77.

13 A Floresta Atlântica cobria 91% da área, os Tabuleiros 7,5% e a vegetação litorânea 1,5%. Cf. COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.248 e 251.

consumo de lenha e carvão vegetal, desmatamento para uso agropecuário e desperdício.¹⁴

Em 1966, o governo de Minas Gerais publicou o *Diagnóstico da Economia Mineira*, no qual apresenta a configuração econômica da região.¹⁵ O café avançou em Minas Gerais, a partir da Zona da Mata, até a faixa pouco acima da margem meridional do rio Doce, nas zonas de Manhuaçu e Caratinga. No Espírito Santo, a frente do café avançou da zona serrana até Colatina e daí em direção a bacia do rio São Mateus. A penetração da pecuária se deu a partir do norte, descendo do vale do rio Jequitinhonha para o vale do rio Mucuri, atingindo o território do rio Doce e do São Mateus, até estabelecer contato com o café. A interpenetração do avanço da cafeicultura e da pecuária "criou áreas mais ou menos individualizadas de pecuária ao norte e agricultura ao sul e uma área de transição". Essa última era bastante maleável, "pois os elementos econômicos estão em mistura e disputa".¹⁶ O desenvolvimento da pecuária foi lento, até o final da década de 1940, mas depois assumiu posição dominante.

Essa zona de pecuária pode ser considerada o prolongamento meridional extremo da expansão baiana, iniciada com o gado que chegou com Tomé de Sousa, vindo de Cabo Verde.¹⁷ Para Caio Prado a pecuária foi fundamental na formação territorial do Brasil, na medida em que conseguiu "a proeza de ignorar o espaço".¹⁸ Os dois núcleos primitivos foram o Nordeste e São Vicente.¹⁹ No século XVIII desenvolveram-se outros núcleos: Paraná, Rio Grande do Sul, Campos dos Goitacazes, Ilha do Marajó, Sul de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A pecuária "teve um papel extraordinário no desbravamento e na ocupação de vastas áreas do Brasil atual".²⁰

Celso Furtado destaca a capacidade da pecuária e da agricultura de subsistência de se reproduzirem endogenamente, ocupando terras novas dos imensos espaços vazios, por uma lógica interna distinta da economia agroexportadora. A grande propriedade de criação extensiva avançava sobre terras abertas por posseiros e assim os empurrava adiante, fazendo avançar as frentes de ocupação. O avanço da pecuária estabeleceu uma lógica territorial marcada pela apropriação do espaço pela grande proprietário, pela tutela das camadas sociais subalternas e pela constituição

14 As outras zonas da área de influencia da CVRD apresentavam variação de 2,5 a 10% de áreas cobertas de remanescentes de matas nativas, sendo a média geral de 5%. Cf. COMPANIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.259.

15 MINAS GERAIS. *Diagnóstico da Economia Mineira*. O espaço natural. v.2. Belo Horizonte: BDMG, s/d [1966], p.227-233.

16 MINAS GERAIS. *Diagnóstico da Economia Mineira*, p.227.

17 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet/INL, 1954, p.105.

18 PRADO JR., Caio *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.187.

19 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, p.221.

20 SCHORER, Petrone, Teresa. As áreas de criação de gado. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira II: A Época Colonial: Administração, Economia, Sociedade*. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1968, p.218-227, 218.

de formas de mandonismo local. "Assim, a dilatação da fronteira agrícola reproduzia esse processo".²¹

No século XIX, a pecuária se estabeleceu em quase todas as regiões de Minas Gerais, com maior importância nas regiões do Alto-Médio São Francisco, Paracatu, Araxá, Triângulo, Sul de Minas e no Sertão (Montes Claro). A pecuária só não estava presente na porção leste da província: região Mineradora Leste; Zona da Mata e Sertão do Rio Doce (vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce e vale do rio Pomba, afluente do Paraíba do Sul), que era ainda o "grande vazio", dominado pela Mata Atlântica e grupos indígenas.²²

Nesse vazio o processo de ocupação correspondeu à análise de Celso Furtado. As matas do Jequitinhonha foram ocupadas por posseiros em busca de "terras de mata, sadias e descansadas", em meados do século XIX. No final desse século fazendeiros se estabeleceram com o gado *curraleiro*, deslocando os posseiros. Consolida-se uma sociedade dominada pelo latifúndio, que "instituiu a grande fazenda de criação como domínio modelar da terra".²³

Na mesma época, fazendeiros de Uberaba, Triângulo Mineiro, iniciavam uma revolução na pecuária brasileira. Em 1888 alguns deles buscaram na Índia espécimes zebuínos e começaram a substituição do gado local curraleiro ou crioulo.²⁴ Aquele município se tornou o pólo de criação, aperfeiçoamento e exportação de gado zebu.²⁵ Na década de 1920 a pecuária zebuína viveu sua primeira fase áurea de expansão.²⁶

Foi nessa década que o zebu foi introduzido no vale do Jequitinhonha. A raça possuía a rusticidade do curraleiro, mas reunia qualidades que este não possuía: precocidade e peso. Na década de 1930 o gado do Jequitinhonha passou a abastecer Campos, no estado do Rio de Janeiro. "Foi o contato de

21 CANO, Wilson. *Celso Furtado: Brasileiro, Servidor Público e Economista*. XXXII Encontro Nacional de Economia, ANPEC, realizado em João Pessoa, dezembro de 2004. Disponível em <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/cano1.pdf>. Acessado em 14 de novembro de 2007.

22 A regionalização seguida é de PAIVA, Clotilde Andrade. *Populações e Economia em Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: USP, 1996 (Tese de Doutorado); veja também CUNHA, Alexandre Mendes e GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. Disponível em http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf. Acessado em 14 de novembro de 2007.

23 RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; SIMÃO, Ana Adalgisa. *Os caminhos da Mata: recursos naturais, expansão agrária e migrações para fronteiras agrícolas no Nordeste mineiro na primeira metade do século XX*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_242.pdf. Acessado em 14 de novembro de 2007, p-5-6.

24 As três raças indianas (Nelore, Guzarat e Gir) atraíram os mineiros não apenas pela resistência e força, mas porque permitiriam criar um gado para exportação. Cf. TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3ª.ed. Belo Horizonte: Lemí/Brasília, INL, 1980, v.3, p.1399-1401.

25 Os criadores de Uberaba desenvolveram a Indubrasil, pela mistura das espécies zebuínas com o "curraleiro" nacional.

26 OLIVEIRA, Mara Santana Maciel de. *Rio Uberaba: quando os desgastes ambientais refletem os desgastes sociais*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005, p.10. (Dissertação de Mestrado).

Campos que abriu o Mucuri para uma pecuária comercial estável".²⁷ O zebu, nesta década, exercia uma enorme atração sobre os investidores, fazendo a sua criação e comércio crescerem de forma espetacular.²⁸ Do norte o zebu entrou nos vales do Mucuri e do Rio Doce, avançando para Colatina, onde havia criação de gado crioulo: "aí, como tudo evolui começou aparecer aqui e acolá, vindo de Minas, o gado indiano, isto é, o Zebu".²⁹ Antes da abertura da estrada de rodagem de Governador Valadares a Teófilo Otoni, em 1934, os boiadeiros tocavam o gado pela mata, no rumo aproximado do que veio a ser o traçado da estrada e, depois, da rodovia Rio-Bahia.³⁰

As pastagens substituíram a mata, ocupando principalmente as áreas mais "nobres" da paisagem.³¹ O processo foi "um mecanismo perverso", ao reduzir drasticamente a biodiversidade e provocar o esgotamento acelerado dos solos, por causa das queimadas anuais, superlotação, sobrepastejo e excesso de pisoteio.

Os impactos ambientais da pecuária merecem atenção. Analisando as licenças fornecidas pelo Instituto Estadual de Florestas para desmatamento, verificamos que elas eram solicitadas em maior número para a criação de pastagens. Além desse impacto sobre a biodiversidade, determinados tipos de capim utilizados pela pecuária pouco protegem os solos e os processos erosivos são graves e freqüentes. O leste mineiro é a região por excelência para observarmos estes efeitos ambientais da pecuária.³²

Ocupação do Território

Em 2005, no território do médio rio Doce, a paisagem apresenta um quadro de devastação ambiental e redução drástica da biodiversidade.³³ Entretanto, em 1911, a realidade era bem diferente: prevalecia o vazio e "mata virgem", que cobria da margem esquerda do rio para o norte e o trecho entre Natividade (Aimorés) e Figueira. Esta descrição é de Álvaro Silveira, que estudou a região, seguindo o trecho da ferrovia até a última

27 RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ, v.10, p.135-164, abr.1998. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dez/eduardo10.htm>. Acessado em 14 de novembro de 2007.

28 TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*, p.1405-1406.

29 RIBON, José. *História de Colatina*. Colatina: Prefeitura Municipal, 1990, p.12.

30 ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares. *Varia História*, Belo Horizonte, n.19, p.148-163, 153-154, nov. 1998.

31 FLORISBELO, Glauco Regis. *Território do médio Rio Doce* – Minas Gerais. Estudo propositivo da base econômica territorial. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005, p.89-90. Disponível em http://serv-sdt-1.mda.gov.br/gnc/gnc/ep/estudos/MG_MedioRioDoce.pdf. Acessado em 14 de novembro de 2007.

32 BRITO, Fausto R. A. (ed.); OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; JUNQUEIRA, André C. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In: PAULA, João Antônio de. (ed.) *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR/ECMXC/PADCT/CIAMB, 1997, p.48-89, p.79.

33 FLORISBELO. *Território do médio Rio Doce* – Minas Gerais. Estudo propositivo da base econômica territorial, p.7.

estação, inaugurada em 15 de agosto de 1910, na vila de Figueira (Governador Valadares).³⁴

Em 1904 a Companhia EFVM determinou o estudo da “região de Figueira”, cujo relatório de 1907 apresenta o vale do rio Doce como um vazio demográfico, coberto de “luxuriante floresta”. As matas estariam preservadas pelas dificuldades de povoamento e por causa da malária.³⁵ A população, calculada em 255 mil habitantes, concentrava-se nas zonas de Guanhães, Manhuaçu e Caratinga, onde se plantava café.

A EFVM era uma “estrada de penetração” que abriu caminho dentro da floresta. Nos primeiros três anos, tendo aberto 200 quilômetros ao tráfego, a ferrovia mantinha-se completamente deficitária porque a colonização da região estava apenas no início.³⁶ O maior indicativo do adensamento do povoamento do território do médio rio Doce foi o aumento do tráfego ferroviário, ano a ano, durante da década de 1910, de forma que as “estimativas feitas um ano antes eram superadas pela procura cada vez maior”.³⁷ Até a encampação da Companhia pelo governo e criação da CVRD, em 1942, o café garantiu os lucros, mas a madeira e o transporte de passageiros deram importante contribuição na obtenção de receitas.

Para Fonseca, contemporâneo da inauguração da estação ferroviária de Figueira, a EFVM fez surgir duas correntes de povoamento: uma de comerciantes vindos das áreas de colonização antiga de Minas Gerais, tais como Guanhães, Peçanha, Manhuaçu, Caratinga, Zona da Mata e do Espírito Santo; outra de “sertanejos” das adjacências e do norte.³⁸ Também chegaram estrangeiros: italianos, espanhóis, libaneses: “Era uma correria! Brotava gente de todo lado”.³⁹ Cresceu o fluxo de tropas de carga, vindas de lugares próximos e distantes.⁴⁰

Na década de 1920 o tráfego de passageiros passa a ocupar o segundo lugar na geração de receitas, indicando o crescente adensamento populacional.⁴¹ A construção da ferrovia Vitória-Minas contribuiu para fixar população no território do médio rio Doce, mas o vale propriamente dito se desenvolvia mais lentamente que as terras altas de Manhuaçu, Caratinga e Guanhães. A demora no povoamento estava relacionada à insalubridade, principalmente à malária, à ausência de atrativos de riquezas e à falta de infra-estrutura para explorar os recursos existentes. Isso criou uma singulari-

34 SILVEIRA, Álvaro A. da. *Memória Chorographicas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922, v.2, p.521.

35 ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas*. 1890-1940. São Paulo: FFLCH/USP, 1976, p.108-110. (Dissertação de Mestrado).

36 ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas*, p.119-122.

37 ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas*, p.141.

38 FONSECA, José Raymundo. *Figueira do Rio Doce*. s/l, s/ed, s/d., p.32.

39 Depoimento de José Chaves Reis. Cf. SIMAN, Lana Mara de Castro. *A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades*. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p.78. (Dissertação de Mestrado).

40 Depoimento de Geraldo Bento, mestre de obras. Cf. SIMAN, Lana Mara de Castro. *A história na memória*, p.77.

41 ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas*, p.165.

dade em relação à tradicional ocupação territorial do Brasil, que se iniciava às margens dos rios principais.

A Bacia do Rio Doce tem, pois, um povoamento diferente de todas as bacias hidrográficas brasileiras: o vale permanece despovoado, enquanto se povoam, em maior ou menor escala, as zonas dos altos afluentes. É um povoamento centrípeto que deixa uma vazão demográfica no núcleo da Bacia.⁴²

O povoamento acelerou-se quando foram dadas as condições de transporte, meios de comunicação e atrativos econômicos: alta do café e do gado zebu, no final da década de 1930. Entre os outros fatores que aceleraram o povoamento, destaca-se a decisão do governo brasileiro, em 1942, de exportar o minério de ferro de Itabira, em grande escala. Essa decisão resultou na criação da CVRD e na encampação da EFVM. A ferrovia foi completamente reformada e, ao mesmo tempo, a malária foi erradicada pela ação do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, sendo que as duas ações foram realizadas sob a tutela e com recursos financeiros dos Estados Unidos da América.⁴³ Também foi decisiva a implantação das usinas siderúrgicas, tais como a Belgo Mineira (1935), Acesita (1944) e Usiminas (1962), bem com a abertura e posterior pavimentação da rodovia Rio-Bahia.⁴⁴

Os grandes investimentos de capital, a infra-estrutura e o saneamento explicam o incremento de atividades econômicas: exploração de minerais não metálicos (mica e pedras coradas) e formação das indústrias da madeira, carvão vegetal e lenha. Nas zonas de ocupação recente, nos terrenos desflorestados desenvolveu-se a pecuária de corte. Nas zonas de colonização antiga e maior altitude a agricultura experimentou um reflorescimento, beneficiada pela melhoria dos transportes. Com o crescimento das atividades econômicas aparecem concentrações urbanas, tais como Governador Valadares, João Monlevade, Itabira, Colatina e Ipatinga, entre outras.

No início da década de 1960, a base econômica da zona de Governador Valadares assentava-se no tripé: pecuária de corte, indústria de madeira e extração e beneficiamento da mica. A engorda de gado bovino constitui a atividade mais importante, com novilho e boi magro, em parte, provenientes das zonas do Mucuri e Jequitinhonha. A região que havia se constituído como "fronteira de ocupação de posseiros" tinha se transformado com a "penetração da economia capitalista". Ocorre o choque entre múltiplos interesses: os posseiros foram deslocados pela força de "especuladores de terras, madeireiros, empresas americanas de extração da mica e berilo,

42 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v.1, p.57.

43 ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares, p.155.

44 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v.1, p.57-58.

empresas siderúrgicas, comerciantes, profissionais liberais e outros". Na década de 1950 os conflitos de terras se tornaram parte do cotidiano dos atores sociais da região.⁴⁵ Na zona de Governador Valadares, o êxodo rural crescia a cada ano, resultando numa taxa média anual negativa de 0,7% da população rural, contra o incremento positivo de 8,3% ao ano da população urbana.⁴⁶

Governador Valadares, de fato, polarizava a pobreza da região, o que se tornaria ainda mais agudo com a inauguração da rodovia Rio-Bahia no início da década de 1950. Além de atrair os imigrantes que abandonavam o campo no próprio vale do Rio Doce, a cidade passou a funcionar como "corredor migratório" para baianos e nordestinos.⁴⁷

A fronteira havia se fechado e, conseqüentemente, não absorvia os "sertanejos" que vinham do norte. O processo havia se invertido, o êxodo rural crescia na proporção direta da expansão da pecuária bovina e da grande propriedade. Os posseiros expulsos da terra se dirigiam para os centros urbanos ou para outras áreas de fronteira agrícola. Na região se concentraram principalmente em Governador Valadares, que se tornou catalisadora dos conflitos pela posse da terra. Os posseiros que ainda mantinham suas glebas e os que viviam em Governador Valadares partilhavam a idéia da terra como 'bem ilimitado', alimentando a esperança da reforma agrária. No início da década de 1960 participaram ativamente das ações das Ligas Camponesas ou do Partido Comunista, até que o Golpe Militar de 1964 abortou os movimentos sociais. No contexto do regime autoritário que se estabeleceu no país consolidou-se a configuração territorial do médio rio Doce.⁴⁸

Colocação do problema

A floresta pluvial tropical possuía uma biodiversidade complexa, que lhe garantia eficiência, porém a custo de um equilíbrio frágil. O clima seco, a baixa precipitação e a falta de excedente hídrico foram realidades enfrentadas e vencidas pela floresta, que no desenvolvimento se impôs sobre o quadro adverso. Em 1911 Álvaro A. da Silveira percorreu as matas do rio Doce, no período final de uma estiagem prolongada:

45 BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopia e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988, p.209. (Ciência Política, Dissertação de Mestrado).

46 COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*, v.2, Anexo Nº.7 e Anexo Nº.8.

47 OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; JUNQUEIRA, André C. *A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica*, p.65.

48 BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopia e contra-utopia*, p.210-212 e 232.

Em outubro, época em que percorri essa zona... (...) Bem se podem avaliar as dificuldades com que têm de lutar os habitantes de uma zona como essa onde a água corrente cessa de existir durante longos meses. (...) Nos anos de seca muito forte, alguns ribeirões considerados como perenes, também secam ou cortam, como geralmente se diz. Foi o que se deu em 1899 com o ribeirão do Mutum. (...) Na estiagem o rio Doce, cujo leito na época das cheias é aí de um quilômetro, mais ou menos, reduz consideravelmente o seu volume e passa todo em um canal rochoso, aberto em gnaiss e tendo em alguns trechos 15 a 20 metros de largura.⁴⁹

As matas dependiam da freqüência das chuvas, apresentando variações no tipo de vegetação, que ia da cobertura perenifólia à caducifólia. Mais do que os solos, o clima e a idade da floresta eram fatores determinantes da sua existência, expansão e conservação. O bioma conservou-se de forma significativa até a década de 1920, concentrando-se nas três décadas seguintes a fase de devastação, conforme demonstramos anteriormente.⁵⁰

O uso de fontes inéditas (processos de legitimação de terras devolutas) pode contribuir para se perceber variáveis presentes na questão da redução drástica da biodiversidade no processo de configuração do território.⁵¹ São 2.243 pastas referentes aos processos de legitimação de terras devolutas no médio rio Doce. O material do arquivo oferece documentação preciosa para o estudo do colapso da floresta e da configuração territorial.⁵² O inventário da documentação, organizado em banco de dados, está apenas no início e servirá, quando concluído, ao programa de investigação sobre as relações entre sociedade-natureza e configuração territorial na bacia do rio Doce. Entretanto, as informações preliminares permitem as primeiras reflexões críticas. Trabalhou-se com os processos cujas pastas possuíam laudos técnicos sobre os terrenos requeridos como propriedade, que representavam 38% das pastas (843 em 2243 processos). As pastas que possuíam

49 SILVEIRA, Álvaro A. da. *Memória Chorographicas*, p.498-500. A mesma situação foi relatada pela Princesa Teresa da Baviera, naturalista que viajou pelo Rio Doce também no auge do período seco, entre 25 de agosto e 12 de setembro. Ela achou o Rio Doce de águas feias e leito muito raso, mal cobrindo as pedras. Ela não podia compreender o desejo dos moradores pela navegação a vapor, com um rio tão raso. Cf. ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Ed. Brasília, 1971, p.143 e 148.

50 ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O desbravamento das selvas do Rio Doce*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978; MIRANDA, Salm. *Rio Doce* (impressões de uma época). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1949; STRAUCH, Ney. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e vale do rio Doce*. Guia de excursão nº.2. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958; MARCILIO, Álvaro. *O problema das terras devolutas e suas matas no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/ed, 1961.

51 Trata-se dos processos de legitimação de terras em Minas Gerais, que estavam na guarda da Fundação Rural Mineira – Ruralminas, no escritório de Governador Valadares, mas que foram transferidas, em 2003, para o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER. Os processos referem-se a Governador Valadares e aos municípios próximos: Açucena, Conselheiro Pena, Coroaci, Galiléia, Itambacuri, Marilac, Mesquita, Peçanha, Tarumirim, Virgolândia.

52 O material do arquivo é formado por pastas, sendo que aquelas com conteúdo tinham quase sempre cópias dos processos. Estes abrangiam o período de 1930 a 1962. A maioria das pastas (1400 em 2243 pastas) tinha apenas informações sobre o nome do requerente, a data de início do processo e término, o tamanho do terreno requerido, o perímetro do terreno, o local, distrito e município e a nacionalidade do requerente.

informações sobre a cobertura vegetal, entre as que apresentavam laudos técnicos, somavam 82% do total.

Em relação ao total de registros sobre a cobertura vegetal (695), a existência de matas aparece em mais de 83% dos laudos de processos de legitimação. Desse total, 10% referem-se à madeira de lei ou de exportação. Estes processos, na maior parte, indicam que a madeira foi extraída (47%) ou que havia apenas alguma (25%); mas outros apontam a presença regular de madeira de lei (22%) ou matas ricas em ipê, peroba, cedro, jequitibá (17%).

Do município de Governador Valadares são 1.080 processos de legitimação (48% do total), sendo que destes, 163 referem-se a Figueira (1930 a 1938), que se emancipou de Peçanha em 30 de janeiro de 1938. Nessa fase, a maior parte dos terrenos ficava no entorno da vila e os processos não mencionavam a existência de mata ou se mencionavam (em 15 casos) diziam que a madeira já havia sido totalmente extraída. Os requerimentos referentes a Governador Valadares se estendem até 1962, totalizam 915 processos, dos quais 381 possuem referência à cobertura vegetal. Destes processos, os laudos técnicos indicam que 81% das posses requeridas (381) tinham matas, com 74 processos indicando a metragem da área; a maioria em posses com tamanho entre 8 e 50 ha e, em apenas duas posses com mais de 100 ha. Os outros processos indicam apenas a existência de matas no terreno, sem especificar o estado das mesmas (76%).

Existem 572 pastas com informações sobre a presença de lavoura e 120 sobre pecuária. Em 74% dos processos de legitimação, cujos terrenos possuem atividade agrícola, também existem informações sobre a cobertura vegetal, sendo que deste total, constata-se que 84% das posses vistoriadas apresentavam matas. Os processos de legitimação de terras indicaram a presença de importantes culturas agrícolas, com destaque para três, por ordem de quantidade de requerentes que os cultivavam: cereal (arroz, feijão e milho) em 87% das terras, cana-de-açúcar em 78% e café em 57%. A pecuária aparece combinada com a agricultura em apenas 13%, sendo que as terras requeridas, nas quais havia pecuária, representam apenas 19% do total das que possuíam atividade agropecuária.⁵³

Os laudos técnicos avaliam o solo como bons ou de qualidade e indicam o uso do fogo como a forma comum do manejo; aparecem freqüentes comentários do tipo “queimadas sucessivas” e “terreno estragado pelo fogo”. O geógrafo Ney Strauch observou uma diferença das fazendas próximas a Governador Valadares, em relação a outros trechos do médio rio Doce: “as áreas de matas devastadas não apresentam via de regra o aspecto de algo deixado por terminar: uma vez por outra avista-se um tronco carbonizado,

53 Não podemos esquecer que a maioria dos processos estava somente com a folha de rosto.

mas, de maneira geral, houve uma limpeza do terreno após a devastação da mata”.⁵⁴

Chama a atenção o maior número de terrenos com atividade agrícola e o baixo número de registro de existência de pecuária bovina. Isso é tanto mais significativo porque esta atividade se tornou predominante “no eixo Governador Valadares-Teófilo Otoni”.⁵⁵ Em 1958, o guia da excursão número 2, realizada por ocasião do *XVIII Congresso Internacional de Geografia*, afirmava o mesmo: “essa é essencialmente uma zona de ‘invernada’ de real importância para o abastecimento das grandes cidades do Leste, particularmente Belo Horizonte e Rio de Janeiro”.⁵⁶ Segundo Strauch havia um “desinteresse da população desta zona pelas atividades agrícolas”.⁵⁷ Os dados obtidos dos processos confrontados com os estudos sobre a região nos levam a uma questão: quais foram os fatores que contribuíram para o predomínio da pecuária e, ao mesmo tempo, para o desinteresse pela agricultura?

Território e imperialismo biológico

Considera-se como premissa que os atos humanos acontecem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão econômicos e sócio-culturais quanto são ecológicos.⁵⁸ Neste sentido incorporam-se os elementos ecológicos que atuaram para a configuração territorial, nos termos apresentados acima.

Alfred Crosby nos fala de invasão biológica, mais do que de uma simples colonização humana da América, porque os colonizadores trouxeram consigo uma bagagem biótica (“*portmanteau biota*”) das regiões temperadas do mundo, bem como transferiram intencionalmente ou não diversas espécies da Ásia e África.⁵⁹ É nesse contexto que se inserem as gramíneas africanas e o gado zebuino. Aqui interessam as gramíneas, particularmente o capim-colonião, que encontraram condições excepcionais para seu desenvolvimento no território do médio rio Doce.

O Capim-colonião é da família das Gramíneas – (*Panicum maximum* Jacq. var. *maximum* – Família *Poaceae*), constituindo-se num cultivar com

54 STRAUCH, Ney. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*, p.118.

55 MINAS GERAIS. *Economia mineira* – 1989; diagnóstico e perspectiva. Belo Horizonte, 1989,v.5, p.103.

56 STRAUCH, Ney. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*, p.118.

57 STRAUCH, Ney. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce*, p.124.

58 Para estudiosos que compartilham dessa perspectiva, a importância do mundo natural, seus efeitos objetivos sobre as pessoas, e reciprocamente como as pessoas afetam de modo concreto o mundo natural, não é apenas um assunto, mas o centro de uma nova perspectiva metodológica. Por esta razão, William Cronon afirma que os historiadores ambientais associam seu trabalho histórico com os trabalhos dos colegas das ciências cujos modelos, por mais que imperfeitos, tentam aproximar-se dos mecanismos da natureza. CRONON William. A Place for Stories: Nature, History, and Narrative. *Journal of American History*, v.78, n.4, p.1347-1376, Mar. 1992.

59 CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ciclo vegetativo perene, apresentando o hábito de crescimento cespitoso que forma touceira. É uma gramínea extremamente dependente de luz para germinar e crescer. Tem boa resistência à seca e ao frio. Adapta-se com vigor aos solos férteis e bem drenados, com baixa incidência de umidade, em altitudes inferiores a 400 metros.⁶⁰ Todas essas condições eram idealmente oferecidas pela depressão central do rio Doce.

O colônio possui haste que seca nas estiagens, constituindo uma palha pouco apropriada para fenação, não adequada para ensilagem e de muito fácil combustão. No auge da estiagem, basta que algum fator natural ou humano provoque fogo para que este se alastre alimentado pela palha seca do capim. Em região de matas ele responde pelo início de enormes incêndios florestais. Com as primeiras chuvas, o terreno anteriormente dominado pela mata, abre-se para a ocupação do invasor exótico. O vale do rio Doce oferecia condições excepcionalmente propícias para o alastramento do fogo: relevo de encostas com inclinações acentuadas, clima seco, quente e pobre de precipitação, com épocas de longas estiagens.

Assim como a maioria das forragens tropicais, o capim-colônio é utilizado segundo o sistema de pastejo contínuo,⁶¹ o que dificulta o ajuste da carga animal (taxa de lotação). Em condições favoráveis, na época das chuvas, ocorre geralmente o excesso de forragem (macega) que se acumula no período da estiagem, como material passado e seco, e de altura excessiva que dificulta sobremaneira o pastoreio animal. Como ferramenta de baixo custo para manejar o excesso de forragem o pecuarista usou o fogo.

Na fase de invasão da espécie exótica, o fogo contribuiu diretamente para a infestação, à custa da biodiversidade original da floresta. Isso porque o capim-colônio possui vantagens biológicas que lhe permite rebrotar primeiro, após uma queimada ou incêndio, "facilitado pela formação de uma touceira resistente ao fogo que protege suas gemas de crescimento".⁶² Nos lugares devastados pelo fogo formava-se uma vegetação secundária (capoeira), mas essa tinha sua regeneração dificultada pela rápida recuperação do colônio. Nas estiagens seguintes o fogo encontrava um combustível mais fácil de ser queimado: árvores e arbustos mais vulneráveis e uma maior cobertura de capim. Para o colônio substituir a floresta bastou situação como essa se repetirem e generalizarem-se, favorecidas pelos processos sociais configuradores do território do médio rio Doce.

Na bacia hidrográfica encontram-se pastagens naturais nas zonas serranas do Espinhaço e Mantiqueira, constituídas de vegetação nativa, "es-

60 Em altitudes maiores tende a ser progressivamente substituído pelo capim-gordura.

61 Forma de uso da pastagem sem maiores divisões (piquetes) e sem o devido descanso ao longo do ano, o que invariavelmente leva à condição de subpastejo ou sobrepastejo.

62 BASTOS, Rodrigo do Nascimento et. all. Controle biológico do capim-colônio. (*Panicum maximum* Jacq. var. *maximum*) no Campus da Ilha do Fundão - UFRJ. Disponível em <http://www.bioetim.hpg.ig.com.br/III-3/Artigos/Rodrigo%20Bastos.pdf>, Acesso em 24 de julho de 2004.

pecialmente gramíneas que se desenvolvem em solos geralmente pobres" e de pequeno rendimento. Na maior parte elas se formaram pela invasão do capim-colonião ou capim-gordura (*Melinis minutiflora*). A primeira gramínea exótica se expandiu com extraordinária rapidez nos solos desflorestados, sem que fosse necessário o preparo da terra. Formou-se a idéia de que os pastos de colonião eram naturais ou nativos.

A geminação e o desenvolvimento dessa forrageira ocorrem imediatamente após a derrubada de matas. Dessa forma, muitos criadores consideram esses pastos como '**nativos**' e assim grandes áreas de pastagens de colonião são classificadas como naturais. Esses pastos são naturais no processo de formação, mas o capim é alienígena, de valor nutricional superior aos capins nativos.⁶³

Nas observações de Álvaro Silveira não se encontram referências à formação de pastos nas áreas desmatadas, quando de sua viagem pelo vale do Manhuaçu e Cuité, entre Natividade e Figueira. Os terrenos desmatados se não fossem ocupados pela agricultura davam lugar a capoeiras, sendo que a primeira espécie a emergir da derrubada eram os mamoeiros.⁶⁴ Como o capim-colonião era o primeiro a brotar nas áreas desmatadas, a população considerava serem pastos naturais. "Este fato talvez explique a alta porcentagem de pastos classificados como naturais".⁶⁵

Em Minas Gerais, os capins dominantes são o colonião, capim-gordura e capim-jaraguá (*Hyparrhenia rufa*). Eles têm áreas de ocorrência bem definidas. O capim-gordura domina as regiões de altitude, úmidas e clima ameno. O capim-colonião é característico de zona de baixa altitude e quente, adaptando-se bem a terras e relevo do vale do rio Doce, Jequitinhonha, Mucuri. O capim-jaraguá propaga-se com facilidade em altitudes moderadas, e pode agir como planta invasora do cerrado.⁶⁶

Em terras férteis ou recém desmatadas o capim-colonião forma touceiras que se aglomeram densamente, competindo e suprimindo a flora local. Essa espécie exótica atua como invasora agressiva, podendo deslocar até mesmo outras gramíneas africanas, como o capim-gordura e o capim-jaraguá. É considerado um sério problema para a conservação de ecossistemas naturais, principalmente os florestais, e, em mais de 40 países, é classificado como espécie infestante.⁶⁷

63 COMPANIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.176. (Grifo nosso).

64 SILVEIRA, Álvaro A. da. *Memória Chorographicas*, p.501-505.

65 Em Minas Gerais, pelo censo agrícola de 1960, existiam 84,2% de pastagem natural em relação ao total de pastagens.

66 COMPANIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.177

67 PANICUM MAXIMUM. Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental/The Nature Conservancy. Disponível em http://www.institutohorus.org.br/download/fichas/Panicum_maximum.htm. Acessado em 14 de novembro de 2007. As espécies exóticas invasoras foram consideradas as principais responsáveis pela perda da biodiversidade e as mais sérias ameaças aos ecossistemas. DECISIONES ADOPTADAS por la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidad Biológica en su sexto período de sesiones. La Haya, 7 a 19 de

O conhecimento sobre a entrada dos vários tipos de capins africanos no Brasil é incerta. Warren Dean menciona o final do século XVIII, quando:

José Correa de Serra foi mandado a Londres, onde colheu, entre outras coisas, informações a respeito de vários cultivos coloniais dos ingleses, holandeses e franceses, e mandou para Portugal sementes de várias plantas. Assim conseguiu-se uma planta forrageira africana, já introduzida na Jamaica, que no Brasil chegou a ser chamada 'capim-colonião'.⁶⁸

O colonião é uma gramínea alta, de três metros, mas que chegava a seis metros nas terras recém desmatadas: o gado miúdo "ficava escondido dentro das touceiras de capim-colonião".⁶⁹ Essa gramínea foi introduzida no Nordeste mineiro, em 1910, provocando a primeira transformação na pecuária, que se completou com a chegada do zebu. Os pastos de colonião ofereciam uma espantosa capacidade de suporte de duas cabeças de gado por hectare/ano, ou 10 animais por alqueire. E quanto ao fogo, foi esse manejo que possibilitou o colonião dominar a paisagem física, econômica e cultural. Ainda mais, "a difusão do colonião induziu essas transformações no manejo, na medida em que a criação e os pastos prosperaram nas primeiras décadas do século XX".⁷⁰

Não se pode desconsiderar que no Brasil o maior impacto das atividades humanas ocorreram nas áreas de floresta tropical, provocando a redução drástica da biodiversidade.

Entre os ecossistemas brasileiros, foi este o mais degradado. E a maior expressão dessa degradação é, sem dúvida, a parte mineira da Mata Atlântica, a chamada Região Leste do Estado, composta pelas bacias dos rios Jequitinhonha, no extremo norte, Mucuri, Doce e Paraíba do Sul, no extremo sul, e delimitada a leste pelas fronteiras com a Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro e a oeste pela Serra do Espinhaço.⁷¹

Avanço das pastagens e configuração territorial

O avanço das pastagens de colonião está ligado diretamente aos incêndios florestais, como se constata ao se considerar a quantidade anual

abril de 2002. *Anexo I*. UNEP/CBD/COP/6/5/Add.4, 2002. Disponível em <http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-06/official/cop-06-20-es.pdf>. Acessado em 14 de novembro de 2007, p.239.

68 DEAN, Warren. *A Botânica e a Política Imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial*. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/deanbotanicaimperial.pdf>. Acessado em 14 de novembro de 2007.

69 RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Vaqueiros, bois e boiadas* – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro.

70 RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Vaqueiros, bois e boiadas* – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro.

71 OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; JUNQUEIRA, André C. *A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica*, p.51.

de hectares de florestas consumidas pelo fogo. No início da década de 1960 ainda era expressivo o desperdício dos recursos florestais provocado pelos incêndios, conforme dado do Instituto Estadual de Floresta – IEF, que estimou entre 15 a 20 mil ha por ano.⁷² A origem dos incêndios florestais era diversa, desde o fogo usado para limpeza do terreno depois da derrubada, antes do início da lavoura, àquele provocado pelas fagulhas das locomotivas a vapor, usadas até a década de 1950.

As fagulhas expelidas pelas fornalhas das locomotivas, além de causar enormes transtornos aos passageiros, iniciavam grandes incêndios florestais.⁷³ Desta forma, as “maria-fumaças” contribuíam indiretamente para a vitória do capim-colonião na luta contra a floresta. Outro aliado do colonião foi o carrapato. Durante os meses mais quentes do ano, esse parasita nasce e morre rapidamente na pastagem, em função das temperaturas mais altas. Entretanto, o período final da estiagem é marcado por sua infestação. O fogo foi usado largamente como uma forma econômica e fácil de combater estes parasitas. Usar o fogo é parte da tradição cultural brasileira e estava presente em toda atividade agropecuária, tanto no manejo do pasto como no agrícola. O fogo também era utilizado para limpar estradas e caminhos, abrir clareiras na mata, nos acampamentos de turmas de trabalho da extração da madeira, entre outros.

No território do rio Doce o colonião se beneficiou do fogo, fertilidade dos solos, clima, luminosidade, altitude e forma do relevo, obtendo vantagens decisivas na competição com a floresta. Somam-se a isso as características que lhes são próprias, tais como a resistência ao fogo e a produção de sementes em quantidade superior aos outros tipos de forrageiras, bem como a facilidade com que são espalhadas pelo vento. Ao atuar como espécie infestante favoreceu a formação de extensas pastagens.

Em toda a depressão central do rio Doce o colonião se alastrou sem necessidade de semeadura: “A gramínea invasora tudo domina, impedindo que outras plantas lhe façam concorrência. Nas zonas novas, o colonião forma pastagens com elevada capacidade de suporte”.⁷⁴ Baruqui calculou que a capacidade de suporte das pastagens de capim-colonião chegava a 2,0 unidades adultas/ha de bovinos. Com a entrada do zebu na década de trinta as terras cobertas de capim-colonião se tornaram um atrativo econômico excepcional e, ao mesmo tempo, a engorda do zebu impulsionou o crescimento das áreas de pastos da zona de Governador Valadares. Entre

72 Na zona siderúrgica praticamente não acontecia grandes incêndios porque as grandes empresas exercem controle e proteção. Cf. COMPANIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.253-254.

73 AFFONSO, José. *Vitória a Minas e sua Formação*. 1901-1967. São Paulo: Editora Rideel, 1967.

74 COMPANIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.178.

1940 e 1966 o aumento da área foi de 715%, com o período de expansão mais acentuada entre 1950-1966.⁷⁵

À espetacular produtividade oferecida pelas pastagens de capim-colônião pode-se associar o alto preço do boi gordo durante a “febre do zebu”, entre 1937 e 1945.⁷⁶ Isso também contribuiu para a expansão inicial da pecuária de invernada. No território do médio rio Doce a atividade assume mais um caráter de comércio do que de vida rural. O desejo de adquirir fazenda de engorda se tornou generalizado, com comerciantes, industriais e profissionais liberais comprando terras. “Muitos proprietários tiveram problemas. Eles precisaram de recursos no negócio principal e não tinham para utilizar, porque eles tinham aplicado em terras”.⁷⁷

Considerando o processo de territorialização aqui apresentados, pode-se buscar explicação para o desinteresse pela agricultura. Todavia, é preciso destacar que, nos primeiros quarenta anos, a EFVM concentrou esforços em promovê-la e que os laudos dos processos de legitimação de terras, mencionados anteriormente, indicam a agricultura como alternativa inicial dos fazendeiros. Isso leva as perguntas. Por que os fazendeiros desistiram? Por que a criação extensiva de engorda predominou, inclusive nas terras que podiam ser aproveitadas para a atividade agrícola? Como explicar a configuração territorial definida a partir do latifúndio extensivo e do domínio do fazendeiro? Foi uma questão de atitude e percepção subjetiva? O capim-colônião atuou, de fato, como infestante, fazendo os pastos avançarem a frente do rebanho bovino?

A ocupação tardia das terras do médio rio Doce possui uma peculiaridade: a fase agrícola foi abortada pelo predomínio dos pastos de capim-colônião e da pecuária extensiva. Isso ocorreu na maior parte do território do rio Doce, de Antônio Dias até Colatina, em praticamente todos os municípios da margem esquerda, se estendendo ao extremo norte da bacia, entre os municípios do Serro e Itambacuri, passando por Capelinha e Malacacheta, e toda bacia do Suaçuí Grande.⁷⁸ Nas outras regiões da bacia hidrográfica do rio Doce a pecuária somente assumiu caráter dominante com o esgotamento dos solos pela agricultura.

75 COMPANIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.228.

76 TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*, p.1405-1406. Em 1937, a Carteira de Crédito Agrícola e industrial do Banco do Brasil – CREAL ao expandir o crédito gerou o processo especulativo conhecido como “febre do zebu”, que resultou numa crise de endividamento em 1945, porém resolvida com moratória concedida pelo governo em 1949. COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. *Bancos Oficiais no Brasil: origens e aspectos de seu desenvolvimento*. Brasília: Banco Central, 2004, p. 83. Disponível em http://www.bcb.gov.br/htmls/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf. Acessado em 14 de novembro de 2007.

77 Depoimento concedido pelo Sr. Oswaldo Alcântara, diretor da Associação Comercial de Governador Valadares, cujo primeiro mandato iniciou em 1953, gravado em setembro de 2001. *Projeto Associação Comercial de Governador Valadares*. 60 anos de história.

78 Sobre a pecuária da Bacia do Rio Doce. STRAUCH, Ney. *A Bacia do Rio Doce*, p.158-178.

No médio vale do rio Doce observa-se uma zona de pecuária que se destaca das demais. Caracteriza-se por ser área de devastação recente, uma vez que só com o advento da estrada de ferro foi possível a exploração da floresta densa que se estendia por todo o vale. Uma vez derrubada a mata e feita a queimada, o pasto de jaraguá foi penetrando ao longo do rio. As grandes extensões de pastos não chegam a ser um fator de progresso para o aumento da pecuária nas margens do rio Doce. A população bovina não é proporcional a área tão vasta, e conseqüentemente, os pastos cresceram demasiadamente, tornando-se inúteis à criação.⁷⁹

No depoimento abaixo o desinteresse em relação à agricultura e a culpa pela devastação e esgotamento dos solos são atribuídos à atitude e percepção subjetiva:

Nós tivemos aqui algumas iniciativas de produção não só no município, mas na região: produção de milho, feijão e outros produtos. Mas esta produção foi desaparecendo com o tempo, a falta de capacidade e o interesse dos produtores. Nós vivemos nessa época essas coisas todas, mas pela falta de interesse econômico e a comodidade do fazendeiro, isso deixou de existir. A mentalidade do agricultor é outra, é diferente do pecuarista, profundamente diferente do pecuarista, ele é mais ligado à terra, é mais ligado à ecologia e o pecuarista não, pecuarista é um predador é a própria atividade dele é de tirar o máximo proveito sem devolver nada, por isso que essas terras estão empobrecidas quando chegou no ponto em que ele pensava investir nas terras ele preferiu comprar terra no Paraná e depois, comprar terra no Pará é mais fácil, é mais cômodo e mais econômico pra ele fazer isso do que recuperar as terras, vai ter que fazer investimento nela que a tecnologia dá a solução pra isso mas gasta dinheiro e ele não quer.⁸⁰

O desejo de possuir terras era uma componente cultural fortemente instalada na sociedade regional. Comerciantes e profissionais liberais compravam fazenda na primeira oportunidade, inclusive à custa da descapitalização de outros negócios: "Querer terras é uma coisa fundamental no homem, isso é inato, sobretudo para eles que tinham vindo do interior, um interior menor que Valadares, que naquela época para eles era uma metrópole". O próximo depoimento busca outra explicação para o predomínio da pecuária na região:

Isso aqui era uma reserva ecológica, vamos dizer assim; foi a mais recente fronteira de 50 anos para cá, que foi aberta em Minas Gerais. O anofelino, mosquito transmissor da malária, guardou isso aqui para as novas gerações. (...) Logo em seguida, tirada a madeira, veio o colônião; não se sabe quem trouxe; diz o Lyrio Cabral que foi o pai dele quem trouxe. O colônião entrou com agressividade e trouxe consigo a pecuária. Então, não conhecemos as fases clássicas da

79 STRAUCH, Ney. *A Bacia do Rio Doce*, p.170-171. O autor identifica as pastagens como sendo de capim jaraguá, porém essa informação não cruza com nenhuma outra fonte, nem mesmo com outro trabalho publicado por esse autor (STRAUCH, Ney. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e vale do rio Doce*. Guia de excursão n.º 2. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1958)

80 Depoimento concedido pelo Sr. Oswaldo Alcântara.

exploração da madeira e extrativismo florestal, seguida da agricultura comercial e de subsistência, depois de outras atividades de transformação industrial ou da pecuária. Nós saltamos direto das devastações das matas para a pecuária. Razão porque nós não temos tradição agrícola aqui.⁸¹

Estas duas interpretações de contemporâneos não são excludentes, confirmando que a rede de relações, processos e sistemas que criam a territorialidade são tão econômicas e sócio-culturais quanto são ecológicas. A questão é encontrar a linha de força que atuou para moldar o território.

Os depoimentos de fazendeiros reforçam a tese de que o capim-colônião atuou como espécie infestante: “Nós combatíamos o colônião como se fosse uma praga”.⁸² Entretanto, o “teimoso capim”, que no princípio era o desespero do fazendeiro e lavrador, com o tempo favoreceu outra mentalidade de exploração da terra: “Em pouco tempo nós compreendemos que compensava mais criar gado do que plantar. Com o colônião nativo o fazendeiro tinha lucro sem gastar, era só cercar a terra”.⁸³ Antes das chuvas se ateava fogo para preparar o terreno para o plantio. Com as primeiras águas, o capim-colônião era o primeiro a brotar, sem que fosse plantado, dando muito trabalho ao lavrador. Na maior parte dos terrenos desmatados por carvoarias, lenhadores ou por incêndios florestais o colônião formava pastos, sem qualquer intervenção humana.⁸⁴

Na zona do médio rio Doce, entre 1930 e 1960, as terras de floresta foram ocupadas por pastos de capim-colônião. A gramínea africana encontrou, inicialmente, condições excepcionais para se alastrar, tanto socioculturais quanto ecológicas. Ao atuar como espécie invasora foi aliada do fazendeiro e da pecuária contra os posseiros e a agricultura. Entretanto, o domínio do capim-colônião e da pecuária de engorda foi uma vitória de Pirro, obtida com o alto preço da drástica redução da biodiversidade e da fertilidade dos solos. Como a espécie infestante retira grande quantidade de nutrientes do solo, num contexto de manejo tradicional e atitude extrativista, com o tempo a fertilidade baixou a níveis que não atendiam às necessidades da planta. Assim, as touceiras de colônião começaram a se distanciar e, desta forma, ao agravar o processo de lixiviação alterava as condições iniciais favoráveis, tanto do ponto de vista socioeconômico como ecológico.

Com a degradação das pastagens do território do médio rio Doce a pecuária bovina tendeu à queda de produtividade e, conseqüentemente, viu

81 Depoimento de Hermírio Gomes da Silva, 85 anos, prefeito por dois mandatos (1967-70 e 1972-76), Presidente da Associação Comercial, governador do Rotary Club, Reitor da Univale, gravado em 1996. Núcleo de História Regional. Universidade Vale do Rio Doce.

82 Depoimento de José Tavares Pereira, fazendeiro e fundador da Associação Rural de Governador Valadares. Entrevista de 27/8/1988. Apud: BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopia e contra-utopia*, p.212.

83 BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopia e contra-utopia*, p.212.

84 ESPINDOLA, Haruf Salmen. Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. *Caderno de Filosofia e Ciência Humanas*, Belo Horizonte, Centro Universitário Newton de Paiva, ano VIII, nº.14, p.71, abril 2000.

reduzir o tamanho do rebanho. Em meados da década de 1960 a capacidade de suporte das pastagens já apresentava queda. “Bem cedo, porém, o inadequado manejo, a superlotação, o fogo e a absoluta ausência de reposição de elementos fertilizantes se encarregam de reduzir essa capacidade produtiva”.⁸⁵ Em 1968 o trabalho de campo da equipe que realizou o estudo para a CVRD constatou um quadro de degradação constante das pastagens e redução da capacidade de suporte. “Ano a ano se desgastam, apresentando dia a dia, menores índices de produção por área”.⁸⁶ Baruqui calculou a queda da capacidade de suporte das pastagens de capim-colônião em 60%, no início da década de 1980.⁸⁷ A mentalidade dominante de que os pastos de capim-colônião eram naturais e de que não precisavam de cuidados contribuiu para reforçar o processo de degradação. Portanto, no território do médio rio Doce imbricaram as dimensões socioculturais e ecológicas da territorialidade.

85 COMPANIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.178.

86 COMPANIA VALE DO RIO DOCE. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD*, p.236.

87 BARUQUI, Francisco Melhem. *Inter-Relações Solo-Pastagens nas Regiões Mata e Rio Doce do Estado de Minas Gerais*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1982, p.92. (Dissertação de Mestrado).